

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**Concurso público com publicidade internacional para a celebração de contrato de “Prestação de serviços de assistência técnica na recolha, amostragem, transporte e execução de análises da qualidade da água de consumo, águas brutas e águas residuais do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho (PCQA, PCO, CAPT e PCQAR) – 2 lotes”**

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto do concurso**

1. O concurso tem por objeto a “Prestação de serviços de assistência técnica na recolha, amostragem, transporte e execução de análises da qualidade da água de consumo, águas brutas e águas residuais do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho (PCQA, PCO, CAPT e PCQAR)”.
2. O concurso público compreende 2 lotes, sendo admitidas propostas para todos, submetidas também separadamente por lote:
  - a) Lote I – Prestação Serviços Analíticos no âmbito da regulação pela ERSAR (Águas de Consumo);
  - b) Lote II - Prestação Serviços Analíticos no âmbito da regulação pela APA – Agência Portuguesa Ambiente (Captação de Água e Rejeição Águas Residuais.

### **Artigo 2.º**

#### **Entidade adjudicante**

A Entidade Adjudicante é a ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A., com sede na Rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156, 4904-878 Viana do Castelo, na união de freguesias de Monserrate, Santa Maria Maior e Meadela, do concelho de Viana do Castelo, pessoa coletiva n.º 515486159, e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Telefone: +351 258 806 900

Fax: + 351 258 806 990

Correio eletrónico: geral.adam@adp.pt

Plataforma Eletrónica: <http://www.acingov.pt>

Website oficial: [www.adam.pt](http://www.adam.pt).

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Entidade Adjudicante, no dia 18/01/2024.

### **Artigo 4.º**

#### **Documentos do procedimento e plataforma eletrónica**

1. O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:
  - a) Anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;
  - b) Programa de Procedimento;
  - c) Caderno de Encargos.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.
4. O procedimento é sujeito a anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

### **Artigo 5.º**

#### **Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até ao termo do primeiro terço do prazo para apresentação das propostas i.e, até às 18h00m00s do dia 03/02/2024.

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas i.e., até às 23h59m00s do dia 13/02/2024.
3. O *órgão competente para a decisão de contratar* pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas i.e., até às 23h59m00s do dia 13/02/2024.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 2.º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.
6. Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, de acordo com o definido no n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

## **Artigo 6.º**

### **Documentos que constituem as propostas**

- I. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento;
  - b) Proposta de preço, conforme o modelo constante no **Anexo II**. O preço proposto incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à A.D.A.M. - ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.;

- c) Lista de preços unitários, conforme o modelo constante no **Anexo IV**, deste Programa, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;
  - d) Qualidade técnica, preenchimento do modelo quadro Excel, constante do **Anexo IX** do Caderno de Encargos;
  - e) Capacidade técnica de Amostragem, preenchimento do modelo quadro Excel, constante do **Anexo XI** do Caderno de Encargos;
  - f) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
  - g) Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
2. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto (elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa);
3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção do documento previsto na alínea f) do n.º I (admissível entrega em língua inglesa, francesa, italiano ou espanhol – a entrega em outra língua, deve fazer-se acompanhar de tradução devidamente legalizada).

## **Artigo 7.º**

### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **Artigo 8.º**

### **Prazo para apresentação das propostas**

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do dia 23/02/2024.

## **Artigo 9.º**

### **Disponibilização e abertura das propostas**

A abertura e disponibilização das propostas ocorre a partir das 9 (nove) horas do dia útil seguinte à data-limite para entrega das propostas, no sítio da plataforma eletrónica previamente referida no artigo 4.º.

## **Artigo 10.º**

### **Modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º do presente Programa de Procedimento, devendo ser individualmente assinados eletronicamente, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compressão que contenham mais do que um dos documentos exigidos.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

## **Artigo 11.º**

### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, que se

prorroga sucessivamente por períodos de 90 dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário.

## **Artigo 12.º**

### **Fase de negociação**

As propostas não serão objeto de negociação.

## **Artigo 13.º**

### **Critério de adjudicação e critério de desempate**

- I. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, tendo em conta o modelo de avaliação previsto no **Anexo IX** ao presente programa.
2. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
  - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtenha a melhor pontuação parcial no fator “N.º de *parâmetros com Limite de Quantificação mais baixo*”;
  - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que possua maior avaliação no critério “N.º de *parâmetros com prazo de emissão de resultados mais baixo*”;
  - c) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
    - i. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
    - ii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
    - iii. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números respetivos;
    - iv. Determinar-se-á a ordenação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;
    - v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em

primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;

- vi. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respectivas propostas.

#### **Artigo 14.º**

##### **Adjudicação por lotes**

1. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para algum(uns) lote(s) ou para todos os lotes indicados do caderno de encargos, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.
2. O número máximo de lotes que podem ser adjudicados a cada concorrente, é limitado a 1, exceto se apenas for rececionada propostas de um único concorrente, aos 2 lotes a concurso.
3. A escolha dos lotes a adjudicar a cada concorrente nos casos em que a aplicação dos critérios de adjudicação resulte na atribuição, ao mesmo concorrente, de um número de lotes superior ao máximo fixado, assentará no critério das melhores condições contratuais para a Contraente Pública, i.e., o concorrente terá direito à adjudicação do lote onde obteve a melhor pontuação dentro da pontuação possível nos termos do critério de adjudicação.
4. No caso da aplicação do ponto anterior, ainda revelar uma situação de indefinição (mesma pontuação nos 2 lotes), o concorrente terá direito à adjudicação do lote de valor contratual mais elevado.

## **Artigo 15.º**

### **Preço anormalmente baixo**

Não são definidas as condições em que o preço ou custo é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo da aplicação do estabelecido no artigo 71.º, n.ºs 2 a 4 do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 16.º**

### **Relatório Preliminar**

- I. Após a análise das propostas, o Júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe fundamentadamente a exclusão das propostas:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
  - c) Que não sejam constituídas por todos os elementos ou que os mesmos não se encontrem elaborados nos termos exigidos no presente Programa de Procedimento;
  - d) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
  - e) Que não sejam apresentem um preço para cada artigo previsto, em cada lote a que concorram;
  - f) Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
  - g) Que sejam apresentadas como variantes;
  - h) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - i) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, com as necessárias adaptações.
2. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de **5 (cinco) dias**, de acordo com o previsto no artigo 147.º do CCP.



## **Artigo 17.º**

### **Relatório Final**

1. Cumprindo o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 1 do artigo anterior.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do supra citado normativo legal.

## **Artigo 18.º**

### **Adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 19.º do presente Programa de Procedimento;
  - b) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
  - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação de propostas.

## **Artigo 19.º**

### **Documentos de habilitação**

1. No prazo de **10 (dez)** dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º supra:
  - a. Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos (elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa);
  - b. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

c. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

d. Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;

e. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

f. Documento comprovativo das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços – documentação acreditação IPAC e/ ou outro organismo acreditação oficial (eventuais laboratórios internacionais), para os serviços de amostragem e análises de águas previstos neste procedimento/ caderno encargos (incluindo eventuais serviços subcontratados).

2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação

do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.

7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
  - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
  - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação de Regulamento para Fornecedores disponível no website da Águas do Alto Minho, S.A., em <http://www.adam.pt>, (elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo VI** ao presente Programa);
  - b) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente, bem como da possibilidade de assinatura do contrato através de meios eletrónicos, conforme o modelo constante no **Anexo VII**;
  - c) Declaração que identifique a pessoa, morada, e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato (preferencialmente, indicar também contacto de 2.ª pessoa, “suplente/alternativo”), conforme o modelo constante no **Anexo VIII**;
  - d) Ficha de aptidão médica e seguro acidentes de trabalho ou de responsabilidade profissional;

- e) Cópia das apólices de seguro de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

## **Artigo 20.º**

### **Caução**

1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, correspondente a 5% do preço contratual.
2. A caução deve ser prestada:
  - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem de Águas do Alto Minho S.A., nos termos do modelo constante do **Anexo X** ao presente programa, que dele faz parte integrante;
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos XI e XII** ao presente programa.

## **Artigo 21.º**

### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **Artigo 22.º**

### **Minuta do contrato**

1. O órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98 e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, a qual deve ser notificada ao adjudicatário para aprovação.
2. A minuta do contrato a celebrar, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.
3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
5. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
6. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o Conselho de Administração notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

## **Artigo 23.º**

### **Celebração do contrato**

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. No caso referido no número anterior, a adjudicação deve ser efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.
5. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

## **Artigo 24.º**

### **Despesas**

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

## **Artigo 25.º**

### **Dados pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo.adam@adp.pt](mailto:dpo.adam@adp.pt) ou da morada Rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156 | 4904-878 Viana do Castelo.

## **Artigo 26.º**

### **Legislação aplicável**

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

# Anexos:

**Anexo I** – Documento Europeu único de Contratação Pública;

**Anexo II** - Proposta de Preço;

**Anexo III** - Modelo de Acordo-Promessa de Constituição;

**Anexo IV** - Lista de Preços Unitários;

**Anexo V** - Modelo de Declaração do Adjudicatário (Anexo II ao CCP);

**Anexo VI** - Declaração de Aceitação do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho S.A.;

**Anexo VII** - Identificação de pessoa para outorga do contrato;

**Anexo VIII** - Identificação pessoa(s) para efeitos de comunicações escritas;

**Anexo IX** – Modelo de avaliação das Propostas;

**Anexo X** – Modelo de depósito Caução;

**Anexo XI** – Modelo de Garantia Bancária;

**Anexo XII** – Modelo de Seguro Caução;

## ANEXO I

### DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela AdP Serviços, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.



## ANEXO II

### Proposta de Preço

F..... (indicar firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso para adjudicação do contrato de **“Prestação de serviços de assistência técnica na recolha, amostragem, transporte e execução de análises da qualidade da água de consumo, águas brutas e águas residuais do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho (PCQA, PCO, CAPT e PCQAR) – 2 lotes”**, **PRC 168/2023**”, Lote \_\_\_\_, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem esta prestação de serviços em conformidade com o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, pelo preço global de \_\_\_\_\_ Euros (em algarismos e por extenso), conforme lista de preços unitários.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Alto Minho, S.A. notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

## ANEXO III

### Modelo de Acordo-Promessa de Constituição

F, \_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a **“Prestação de serviços de assistência técnica na recolha, amostragem, transporte e execução de análises da qualidade da água de consumo, águas brutas e águas residuais do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho (PCQA, PCO, CAPT e PCQAR)”, PRC 168/2023**”, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em \_\_\_\_\_ (indicar a figura jurídica adotada) (a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas declaram que a empresa ..... (indicação da empresa do agrupamento) representará a associação perante Águas do Alto Minho, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para ..... (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de prestação de serviço caso seja este o Adjudicatário)(b)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela Águas do Alto Minho, S.A. a qualquer alteração na composição da associação.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

<sup>(a)</sup> - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: \_\_\_\_\_” (em maiúsculas).

<sup>(b)</sup> - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

## **ANEXO IV**

### **Lista de Preços Unitários**

(O Concorrente deverá preencher a lista de preços unitários de todos os bens previstos para cada um dos lotes a que pretende concorrer de acordo com o modelo do ANEXO IV do Programa do Procedimento, em ficheiro informático em formato Excel, o qual deverá ser assinado (Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto), de acordo com a lista disponível na plataforma de contratação pública acingov).

## **ANEXO V**

### **Modelo de Declaração do Adjudicatário**

Anexo II ao CCP

*[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º]*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

## ANEXO VI

### **Declaração de Aceitação do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho S.A.**

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público para formação do contrato denominado ***“Prestação de serviços de assistência técnica na recolha, amostragem, transporte e execução de análises da qualidade da água de consumo, águas brutas e águas residuais do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho (PCQA, PCO, CAPT e PCQAR) – 2 lotes”, “PRC 168/2023”,*** - declara que teve conhecimento do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho, S.A., contendo as regras e os requisitos relativos ao desenvolvimento do seu objeto, e que assume, de modo informado e voluntário, o compromisso de cumprir integralmente com os procedimentos constantes no referido Regulamento para Fornecedores.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

## ANEXO VII

### Identificação de(s) Pessoa para Outorga do Contrato

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato denominado ***“Prestação de serviços de assistência técnica na recolha, amostragem, transporte e execução de análises da qualidade da água de consumo, águas brutas e águas residuais do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho (PCQA, PCO, CAPT e PCQAR) – 2 lotes”***, PRC 168/2023”, declara que a(s) pessoa(s) que irá representar a adjudicatária na assinatura do contrato é o(a) Sr.(<sup>a</sup>) ....., titular do cartão de cidadão com o n.º ....., válido ate ao dia ....../....../....., na qualidade de ..... e com poderes para obrigar a adjudicatária, conforme se pode verificar pela..... (certidão permanente, procuração, etc) entregue / a entregar no âmbito do presente procedimento.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

## ANEXO VIII

### Identificação pessoa(s) para efeitos de comunicações escritas

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público para formação do contrato denominado **“Prestação de serviços de assistência técnica na recolha, amostragem, transporte e execução de análises da qualidade da água de consumo, águas brutas e águas residuais do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Minho (PCQA, PCO, CAPT e PCQAR) – 2 lotes”, PRC 168/2023**”, indica para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato a(o) Sr.(<sup>a</sup>) ....., com domicílio profissional ou residente na Rua....., .....- .... ....., freguesia de ....., concelho de ....., n.º teléfix ..... e com endereço de email .....

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

## ANEXO IX

### Modelo de avaliação das Propostas

O critério de adjudicação para o procedimento em apreço é o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, nos termos previstos na alínea a) do n.º I do artigo 74.º do CCP, com os seguintes fatores de avaliação e respetivas ponderações:

QT – Qualidade Técnica            60%

PP – Preço Proposta                40%

A avaliação global de cada proposta resultará da soma da pontuação final de cada artigo conforme metodologia abaixo descrita, sendo escolhida a proposta com pontuação mais alta.

$$PF = 60\% QT + 40\% PP$$

Sendo,

PF – Pontuação final da proposta;

QT – Pontuação atribuída ao fator “Qualidade Técnica”, com um máximo de n pontos;

PP – Pontuação atribuída ao fator “Preço da Proposta”, com um máximo de n pontos.

#### METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO DA PROPOSTA”

$$PP = n - (n - 1) \times \frac{VP^2}{PB^2}$$

Onde:

n - Número de propostas a concursos;



PP – Pontuação atribuída ao fator “Preço Proposta”, com um máximo de n pontos;

VP – Valor da proposta, em €;

PB – Valor do preço base do Concurso, em €.

#### METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA”

$$QT = n \times \frac{PV^2}{Pb^2}$$

Onde:

n – Número de propostas a concursos;

QT – Pontuação atribuída ao fator “Qualidade Técnica”, com um máximo de n pontos;

PV – Pontuação obtida na ponderação, em percentagem;

Pb – Pontuação máxima (n).

Grelha de avaliação da qualidade técnica (PV):

<b>Critério a avaliar</b>	<b>Critério de avaliação</b>	<b>Ponderação</b>	<b>Avaliação atribuída</b>
Nº de parâmetros com Limite de Quantificação mais baixo	De 1 a “n”  "n" atribuído à proposta com maior número de LQs mais baixos	10%	
Nº de parâmetros com prazo de emissão de resultados mais baixo	De 1 a “n”  "n" atribuído à proposta com maior número de prazos mais baixos	40%	
Nº de parâmetros	De 1 a “n”	10%	

acreditados (incluindo os exigidos)	"n" atribuído à proposta com maior número de parâmetros acreditados		
Nº de parâmetros subcontratados	De 1 a "n" "n" atribuído à proposta com menor número de parâmetros subcontratados	40%	

Nota: Na classificação dos subfactores da Qualidade Técnica será atribuída uma classificação de “1”, para o pior desempenho, até “n”, para o melhor.

O valor de “n” corresponde ao número total de propostas em avaliação.

Em situações de empate num, ou em vários subfactores, será atribuída a mesma classificação às duas propostas, como se ilustra no exemplo seguinte para um total de 4 (quatro) propostas em avaliação:

<b>Nº de parâmetros com Limite de Quantificação mais baixo</b>		
Concorrente	<b>Nº LQ mais baixos</b>	<b>Pontuação</b>
XYZ	10	4
PTY	9	3
DFG	9	3
CVB	5	1

## METODOLOGIA PARA A PONTUAÇÃO FINAL

$$PF = 60\% QT + 40\% PP$$

Onde:

PF – Pontuação final;

PP – Pontuação atribuída ao fator “Preço da Proposta”, com um máximo de n pontos;

QT – Pontuação atribuída ao fator “Qualidade Técnica”, com um máximo de n pontos.

Os critérios de desempate das propostas são os previstos no artigo 13.º deste Programa de Procedimento.

## **ANEXO X**

### **Modelo de DEPÓSITO CAUÇÃO**

(a que se refere o artigo 20.º)

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da [•], mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), depositar na [•] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [•] a quantia de € [•] (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 20.º do Programa de Procedimento do concurso público [•] à ordem da [•].

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade*]

## ANEXO XI

### Modelo de GARANTIA BANCÁRIA

À [•]

O [•] (*Banco*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), como adjudicatário do concurso público [•], garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da [•], até ao valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no artigo 20.º do Programa de Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

A presente garantia bancária é de € [•] (*quantia por algarismos e por extenso*), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade*]

## ANEXO XII

### Modelo de SEGURO CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no artigo 20.º do Programa de Procedimento do concurso público [•], a favor da [•], destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato a celebrar no âmbito do referido concurso, sendo regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do beneficiário sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao beneficiário quaisquer exceções relativas ao contrato celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade]